



# Release de Resultados 2011

**ISA** CTEEP

## CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DE 2011

**São Paulo, 15 de Março de 2012** – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), principal concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados de 2011. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Teleconferência e Webcast de Resultados

**Dia: 16/03/2012**

**Hora: 15h00 (Brasília),  
2h00pm (NY)**

**Telefones para conexão:**  
Brasil: (+55 11) 4688 6361  
USA: (+1 888) 700 0802  
Other: (+1 786) 924 6977

**Webcast:**

[www.cteep.com.br/ri](http://www.cteep.com.br/ri)

### Relações com Investidores

[www.cteep.com.br/ri](http://www.cteep.com.br/ri)

**Marcio Lopes Almeida**  
Diretoria Financeira e de  
Relações com Investidores  
[ri@cteep.com.br](mailto:ri@cteep.com.br)

**Thiago Lopes da Silva**  
Gerência de  
Relações com Investidores  
[tlsilva@cteep.com.br](mailto:tlsilva@cteep.com.br)  
Tel: +55 11 3138-7557

**Assessoria de Imprensa**  
**Luciano Fonseca - CDI**  
Comunicação Corporativa  
[luciano@cdicom.com.br](mailto:luciano@cdicom.com.br)  
Tel: +55 11 3817-7913

### DESTAQUES

- A **receita operacional líquida** atinge R\$ 2.900,8 milhões em 2011, o que representa um aumento de 28,6% em relação a 2010, quando registrou R\$ 2.256,3 milhões, abaixo as principais variações;
  - As **receitas de construção** alcançaram R\$ 1.103,7 milhões em 2011, comparada com R\$ 693,8 milhões em 2010;
  - As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 555,1 milhões em 2011, comparada com R\$ 442,5 milhões em 2010;
  - As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$ 1.589,9 milhões em 2011, comparada com R\$ 1.398,2 milhões em 2010;
- Em setembro de 2011, através do **Leilão ANEEL nº 004/2011**, a CTEEP arrematou dois lotes, a saber;
  - O lote K, composto pela SE Itapeti com investimento estimado em R\$ 43,0 milhões e RAP de R\$ 4,4 milhões;
  - O lote L, composto pela LTs Luiz Gonzaga – Garanhuns, Garanhuns - Pau Ferro, Campina Grande – Garanhuns, Garanhuns – Angelim I, SEs Garanhuns e SE Pau Ferro. Com investimento estimado em R\$ 650,0 milhões e RAP de R\$ 68,9 milhões (a participação da CTEEP no empreendimento é de 51%);
- **Reajuste Anual da RAP:** Em julho de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.171, a ANEEL estabeleceu a nova RAP da Companhia para o ciclo 2011/2012. A nova RAP da CTEEP passa a ser de R\$ 2.008,3 milhões, o que representa um acréscimo na controladora de 14,1% em relação ao ciclo 2010/2011;
- **EBITDA** de R\$ 1.456,5 milhões em 2011 apresenta crescimento de 23,8% em relação a 2010, quando registrou R\$ 1.176,1 milhões – a **Margem EBITDA** foi de 50,3% em 2011 contra 52,1% em 2010;
- **Lucro Líquido** alcança R\$ 915,3 milhões em 2011, crescimento de 12,7% em relação a 2010, quando alcançou R\$ 812,2 milhões.

## Principais Indicadores de Resultado

Principais Indicadores								
(R\$ mil)	4T11	3T11	4T10	Var % 4T11/3T11	Var % 4T11/4T10	2011	2010	Var % 2011/2010
Receita Líquida	706.486	896.533	685.094	-21,2%	3,1%	2.900.805	2.256.286	28,6%
EBITDA	296.489	509.434	257.945	-41,8%	14,9%	1.456.517	1.176.130	23,8%
Margem EBITDA	42,0%	56,8%	37,7%	-14,9 p.p.	4,3 p.p.	50,2%	52,1%	-1,9 p.p.
Lucro Líquido	164.036	344.863	170.596	-52,4%	-3,8%	915.260	812.171	12,7%
Margem Líquida	23,2%	38,5%	24,9%	-15,2 p.p.	-1,7 p.p.	31,6%	36,0%	-4,4 p.p.
Lucro por Ação	1,07	2,27	1,12	-52,4%	-3,8%	6,00	5,35	12,7%

## Sobre a CTEEP

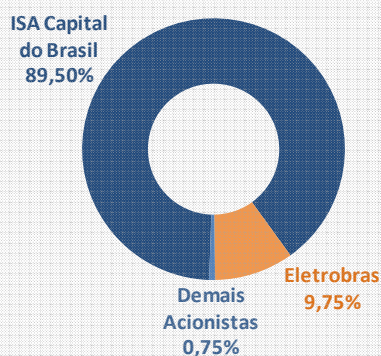
Maior concessionária privada do serviço público de transmissão de energia do Brasil, a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - é responsável pelo transporte anual de 30% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco. Possui ainda participação em empresas constituídas para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica: 100% nas subsidiárias IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), Pinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros) e Serra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi); 50% na IESul (Interligação Elétrica Sul), 51% na IEMadeira (Interligação Elétrica Madeira); 25% na IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e 51% na IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns).

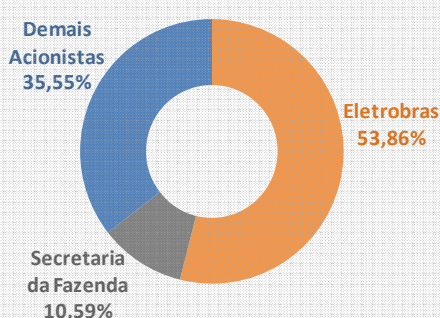
Em 2011, um total de 141.127 GWh de energia trafegaram pelo sistema elétrico da CTEEP, uma rede formada por 12.993 km de linhas de transmissão, 18.782,41 km de circuitos, 2.488 km de cabos de fibra ótica e 106 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.131 MVA. Essa rede interliga pontos de conexão de empresas geradoras e de outras transmissoras até a rede das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais. Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Suas ações preferenciais são listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

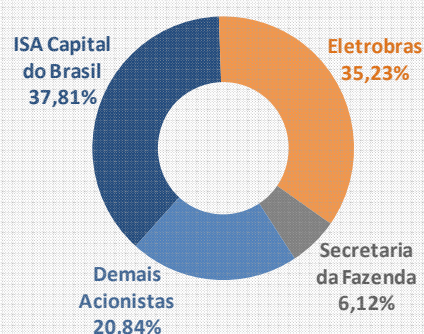
### Ações Ordinárias - TRPL3 (42% do total)



### Ações Preferenciais - TRPL4 (58% do total)



### Capital Social Total



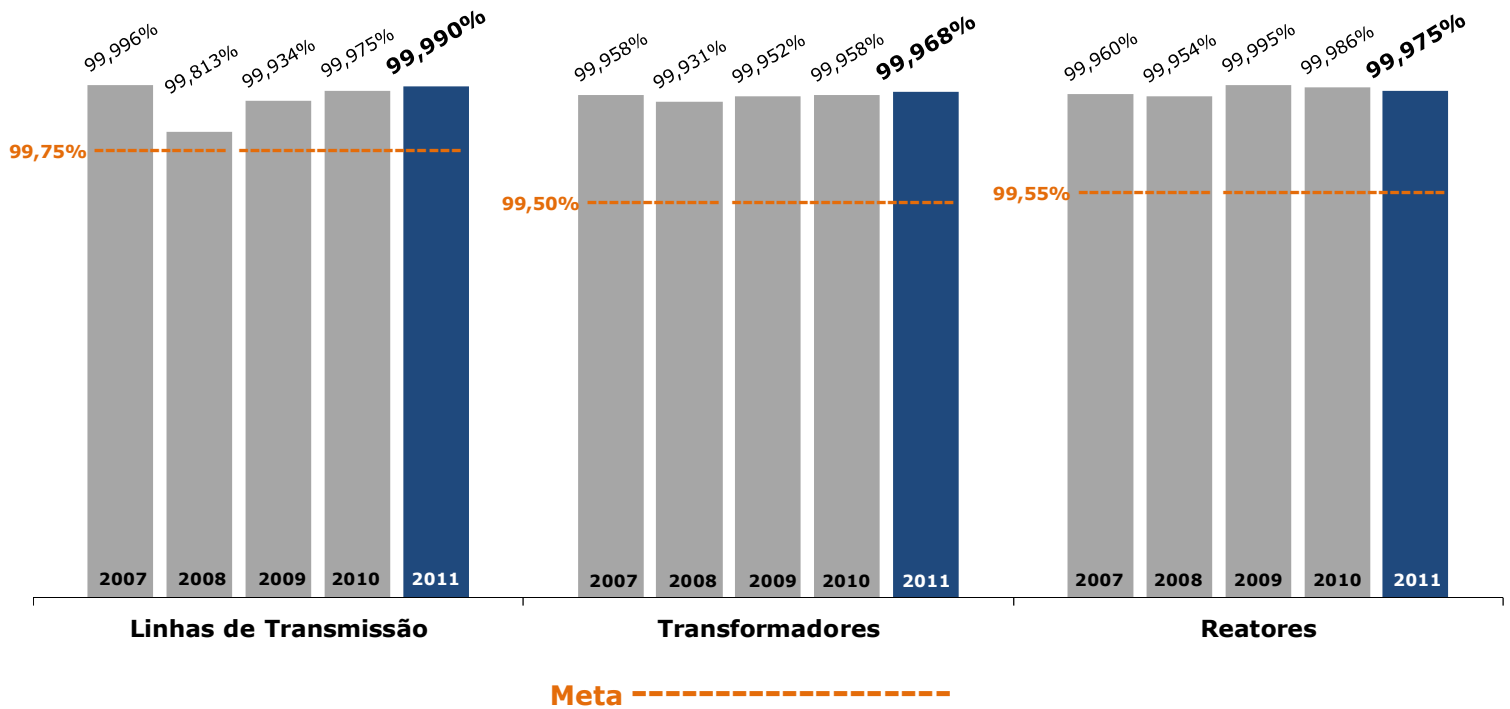
## Desempenho Operacional

### ▪ Excelência Operacional

A receita operacional da CTEEP está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos: linhas de transmissão, reatores e transformadores. A Companhia investe permanentemente para garantir a eficiência e qualidade na operação, na medida em que a indisponibilidade de seus ativos pode gerar um desconto em sua receita.

Abaixo alguns indicadores que ilustram a eficiência operacional da Companhia de 2007 a 2011:

### Disponibilidade dos Ativos



## Efeitos da adoção do IFRS

### ▪ Descrição dos principais ajustes

#### Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 – IFRIC 12)

A partir de 01 de janeiro de 2009 a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- ✓ o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- ✓ o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (IFRIC 12), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 (IFRIC 12) foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo

financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 (IFRIC 12) foram aplicadas para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros. Dada à impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva, a partir de 01 de janeiro de 2009, foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP, existentes naquela data.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

## Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A partir de 2009, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Trimestral.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente. Exceto pela Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. ("IEMG"), Interligação Elétrica Pinheiros S.A. ("Pinheiros"), Interligação Elétrica do Sul S.A. ("IESUL") e a Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("IENNE"), que optaram pelo regime do Lucro Real, as demais controladas são consideradas, para fins fiscais, em fase pré-operacional, não sendo apurado tributos correntes sobre o lucro.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

## Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

## Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

## Deságio (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

## Desempenho Econômico-Financeiro

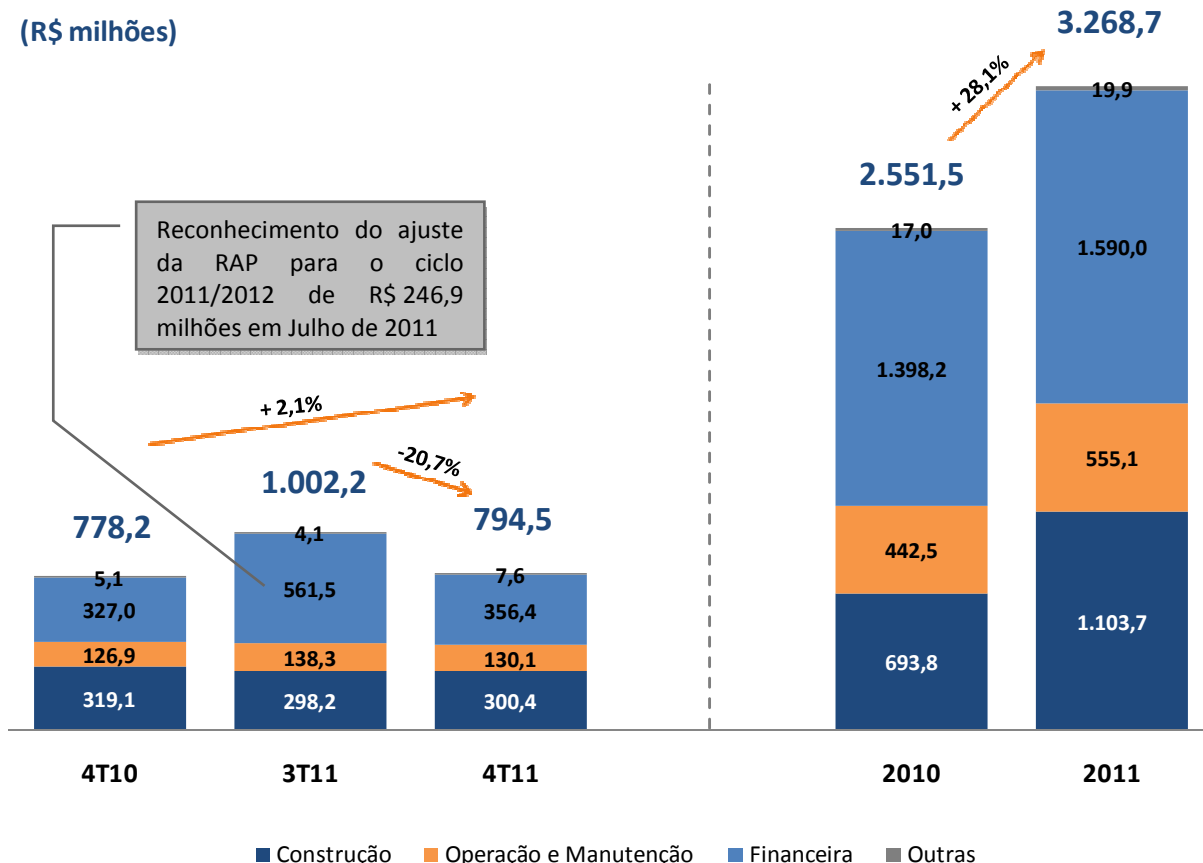
### Reconhecimento da Receita no IFRS

Em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 as concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção).

### Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta aumentou 28,1% em 2011, atingindo R\$ 3.268,7 milhões, quando comparada aos R\$ 2.551,5 milhões registrados em 2010, em decorrência do aumento de 59,1% das receitas de construção, 25,5% das receitas de operação e manutenção e de 13,7% das receitas financeiras.

No 4T11 a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 794,5 milhões, um aumento de 2,1% em relação ao 4T10 e um decréscimo de 20,7% em relação ao 3T11, efeito do reconhecimento do ajuste monetário positivo no terceiro trimestre de 2011 e de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.171 da ANEEL.



**Receita de serviços de Construção e Operação e Manutenção** - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

As Receitas de Construção totalizaram R\$ 1.103,7 milhões em 2011, aumento de 59,1% em relação a 2010 quando registrou R\$ 693,8 milhões, em decorrência do avanço das obras da Serra do Japi (acrécimo de R\$ 153,7 milhões em 2011) e da IEMadeira com (acrécimo de R\$ 594,9 milhões em 2011), bem como das obras de reforços e ampliações da CTEEP, compensado pela conclusão das obras da IENNE, IESUL e Pinheiros, cujas obras foram, substancialmente, concluídas durante o exercício de 2010.

**Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção** - são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

As Receitas de Operação e Manutenção totalizaram R\$ 555,1 milhões em 2011, comparada com R\$ 442,5 milhões em 2010, o que representa um crescimento de 25,4% no exercício e reflete, principalmente, a correção monetária da RAP para o ciclo 2011/2012.

**Receita Financeira** - A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a **taxa efetiva de juros** aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida projetada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

O impacto do reajuste da RAP esta relacionado com a Receita Financeira, uma vez que os recebimentos de caixa futuros deverão ser reajustados em virtude do novo valor estipulado pelo regulador (ANEEL). Dessa forma, o fluxo de caixa futuro é reajustado com o novo valor da RAP até o final do período de concessão e o novo valor presente desse fluxo reajustado servirá como base para a remuneração dos ativos financeiros (contas a receber) para o próximo ciclo pela mesma taxa efetiva de juros.

As Receitas Financeiras oriundas dos contratos de concessão somaram R\$ 1.589,9 milhões em 2011, comparada com R\$ 1.398,2 milhões em 2010, aumento de 13,7% no período, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber de construção, que teve variação positiva de 21%. Adicionalmente, em julho de 2011, a Companhia e suas controladas reconheceram os ajustes positivos oriundos do reposicionamento tarifário anual, que afetaram os seus fluxos de caixa no montante de R\$ 246,9 milhões (em 2010 R\$ 86,4 milhões) como ajuste na receita financeira anual. Tendo em vista que os ativos financeiros oriundos da concessão são classificados como empréstimos recebíveis.

No 4T11 as Receitas Financeiras somaram R\$ 356,4 milhões, queda de 57,5% quando comparada aos R\$ 561,5 milhões do 3T11, substancialmente, por conta do acréscimo de R\$ 246,9 milhões nas receitas financeiras de julho de 2011, referentes aos ajustes positivos da RAP da Companhia e de suas controladas, oriundos do reposicionamento tarifário anual. Em relação ao mesmo período do ano passado as Receitas Financeiras tiveram acréscimo de 9,0%.

**Outras Receitas** - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

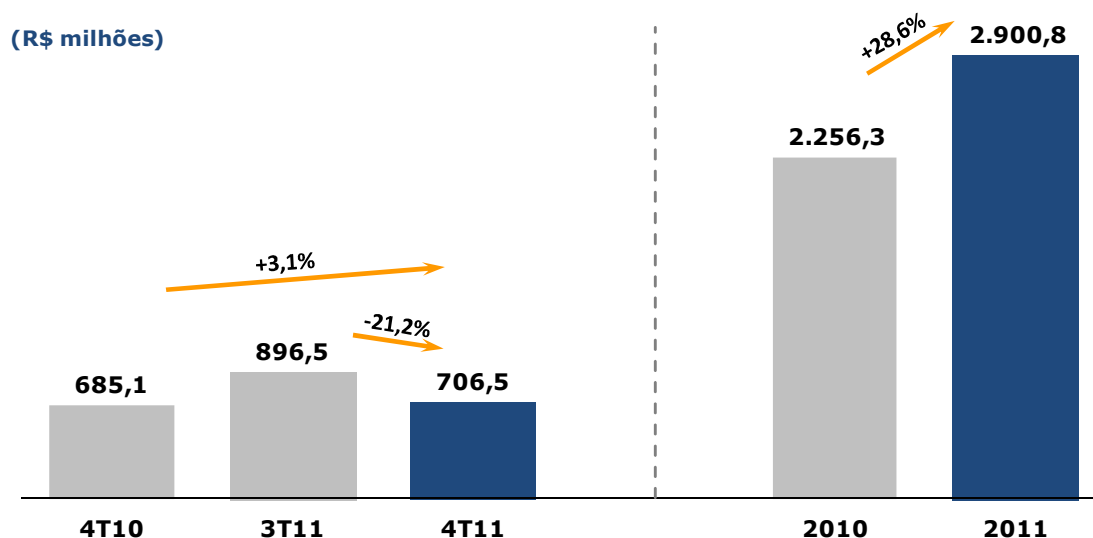
## ▪ Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional deduziram R\$ 367,9 milhões em 2011 e R\$ 295,3 milhões em 2010, representado por tributos e encargos que refletem o crescimento da receita operacional.

## Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida aumentou 28,6%, atingindo R\$ 2.900,8 milhões em 2011, comparada com R\$ 2.256,3 milhões em 2010, em decorrência do aumento de 59,1% das receitas de construção, 25,5% das receitas de operação e manutenção; de 13,7% das receitas financeiras, e 23,5% de deduções da receita operacional.

No 4T11, a Receita Operacional Líquida somou R\$ 706,5 milhões, decréscimo de 21,2% em relação ao 3T11, quando registrou R\$ 896,5 milhões e acréscimo de 3,1% frente aos R\$ 685,1 milhões do 4T10.



## Custos dos Serviços de Construção e de Operação/Manutenção e Despesas Operacionais

Os custos de construção e de operação/manutenção tiveram aumento de 39,6%, alcançando R\$ 1.323,4 milhões em 2011 frente aos R\$ 948,3 milhões em 2010, em decorrência de acréscimos de R\$ 366.576 mil referente a gastos de materiais e serviços aplicados, substancialmente, as obras da Serra do Japi e da IEMadeira.

Os custos de construção consolidados totalizaram R\$ 970,2 milhões em 2011 contra os R\$ 604,5 milhões de 2010. A respectiva receita de construção, demonstrada acima, são calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento, os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Custo do Serviço de Construção e de Operação/Manutenção								
(em R\$ mil)	4T11	3T11	4T10	Var % 4T11/3T11	Var % 4T11/4T10	2011	2010	Var % 2011/2010
Pessoal	(44.319)	(45.661)	(42.425)	-2,9%	4,5%	(169.516)	(163.564)	3,6%
Material	(137.144)	(210.077)	(214.497)	-34,7%	-36,1%	(703.797)	(423.459)	66,2%
Arrendamentos e aluguéis	(2.205)	(1.893)	(1.787)	16,5%	23,4%	(8.298)	(6.933)	19,7%
Serviços	(201.528)	(93.881)	(141.549)	114,7%	42,4%	(422.100)	(341.022)	23,8%
Outros	(4.701)	(6.402)	8.457	-26,6%	-155,6%	(19.698)	(13.292)	48,2%
<b>Total</b>	<b>(389.897)</b>	<b>(357.914)</b>	<b>(391.801)</b>	<b>8,9%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>(1.323.409)</b>	<b>(948.270)</b>	<b>39,6%</b>

No 4T11, os custos de construção e de operação e manutenção tiveram aumento de 8,9% frente ao 3T11 e de redução de 0,5% em relação ao 4T10, totalizando R\$ 389,9 milhões no 4T11 frente aos R\$ 357,9 milhões do 3T11 e aos R\$ 391,8 milhões no 4T10.

As despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 7,9% em 2011, registrando R\$ 127,0 milhões frente aos R\$ 137,9 milhões de 2010. Destaque para algumas movimentações ocorridas no exercício: (i) reversão de provisão para contingências, no montante de R\$ 27,6 milhões; (ii) constituição de provisão para perdas com estoques no total de R\$ 17,9 milhões; (iii) aumento nas despesas de contratação de serviços no valor de R\$ 6,0 milhões; e (iv) acréscimo na despesa com pessoal no valor de R\$ 3,2 milhões devido basicamente ao dissídio do período.

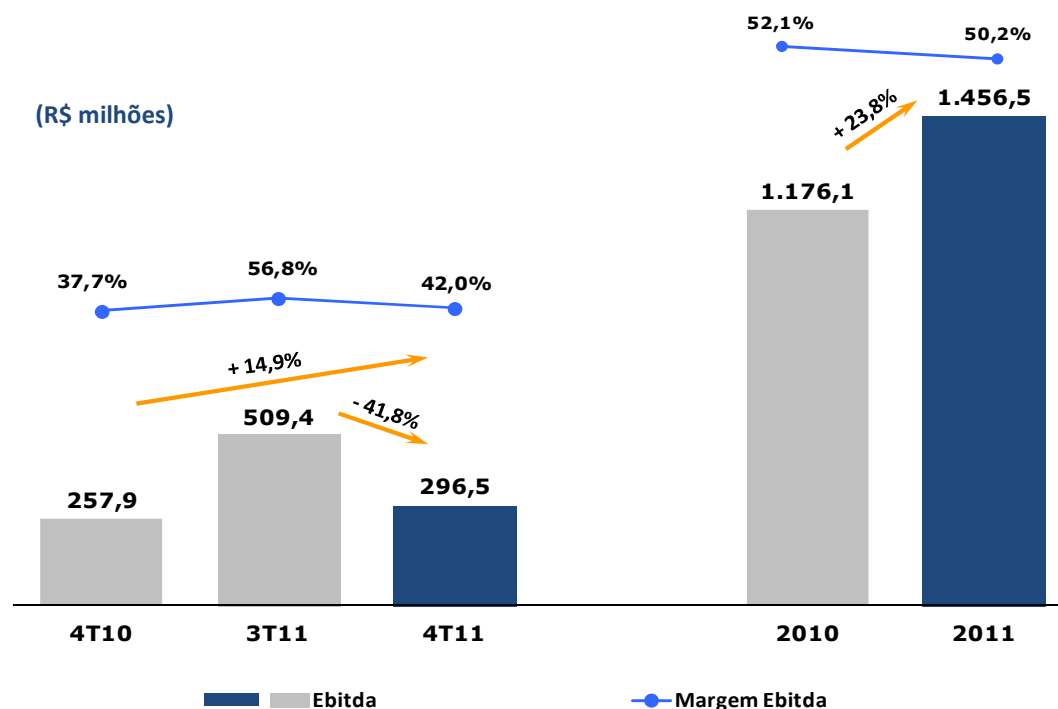
Em relação ao 4T11 as despesas gerais e administrativas apresentaram redução de 30,1% frente ao 3T11 e queda de 41,8% em relação ao 4T10.

Despesas Gerais e Administrativas								
(em R\$ mil)	4T11	3T11	4T10	Var % 4T11/3T11	Var % 4T11/4T10	2011	2010	Var % 2011/2010
Pessoal	(10.179)	(10.649)	(9.903)	-4,4%	2,8%	(41.235)	(38.028)	8,4%
Material	(394)	(435)	(955)	-9,4%	-58,7%	(1.481)	(2.320)	-36,2%
Arrendamentos e aluguéis	(1.037)	(1.638)	(880)	-36,7%	17,8%	(4.878)	(3.728)	30,8%
Serviços	(14.064)	(11.767)	(16.272)	19,5%	-13,6%	(45.659)	(39.660)	15,1%
Depreciação	(1.405)	(1.582)	(1.625)	-11,2%	-13,5%	(6.138)	(6.047)	1,5%
Contingências	17.625	(1.035)	(7.973)	-1802,9%	-321,1%	(1.598)	(31.522)	-94,9%
Outros	(12.051)	(3.661)	635	229,2%	1997,8%	(26.028)	(16.628)	56,5%
<b>Total</b>	<b>(21.505)</b>	<b>(30.767)</b>	<b>(36.973)</b>	<b>-30,1%</b>	<b>-41,8%</b>	<b>(127.017)</b>	<b>(137.933)</b>	<b>-7,9%</b>

## EBITDA e Margem EBITDA

A margem EBITDA foi de 50,2%, totalizando R\$ 1.456,5 milhões em 2011 em comparação a 52,1%, R\$ 1.176,1 milhões em 2010.

No 4T11 a margem EBITDA foi de 42%, totalizando R\$ 296,5 milhões, 41,8% menor em comparação ao 3T11 e de 14,9% maior quando comparado ao mesmo período de 2010, quando o EBITDA atingiu R\$ 509,4 milhões e R\$ 257,9 milhões respectivamente.



## ▪ Resultado Financeiro

O resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 200,5 milhões em 2011 apresentando aumento de 91,5% em relação a R\$ 104,7 milhões de 2010 devido a maior alavancagem financeira. A CTEEP captou em 2011, R\$ 500,0 milhões em Notas Promissórias e R\$ 250,0 milhões em CCB internacional e Commercial Paper, gerando despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 47 milhões. As controladas, Serra do Japi e IEMadeira, tiveram um aumento nas captações de curto prazo e as controladas Pinheiros, IESUL e Serra do Japi tiveram novas captações de longo prazo junto ao BNDES, gerando uma despesa financeira adicional de aproximadamente R\$ 24,0 milhões. Cabe ressaltar o aumento do CDI de 2010 para 2011 que elevou o custo total da dívida em aproximadamente 1,68% a.a. Devido, substancialmente, a maior captação de curto prazo, sobretudo pelas controladas Serra do Japi e IEMadeira, que estão em fase de construção das linhas de transmissão.

## ▪ Imposto de Renda e Contribuição Social

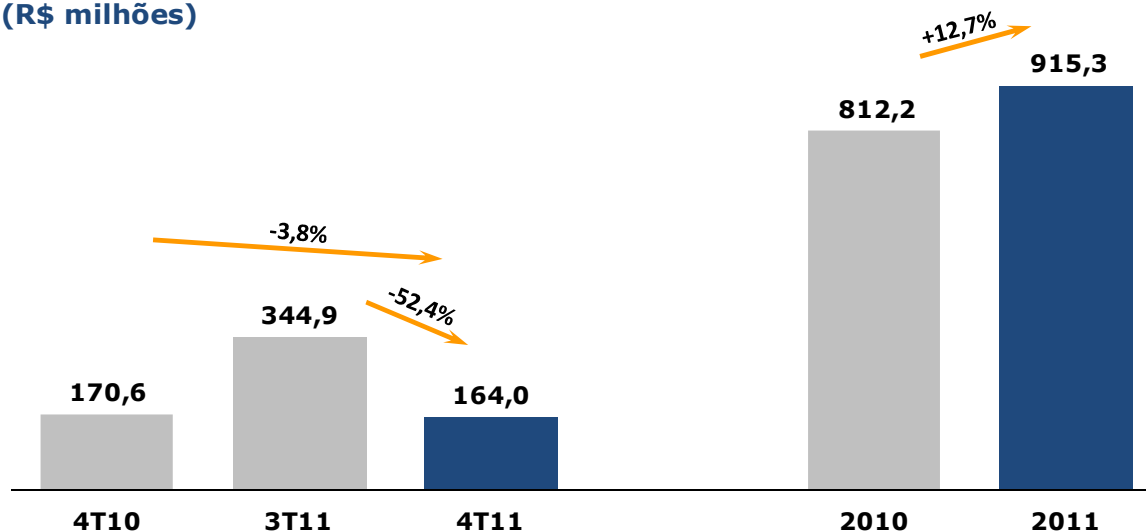
As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 32,5% somando R\$ 303,8 milhões em 2011 contra R\$ 229,4 milhões em 2010. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 24,9% em 2011 comparado com 22,0% em 2010, as principais diferenças permanentes que justificam a variação entre a taxa efetiva e a taxa nominal são despesa de juros sobre capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e reversão da provisão para manutenção de integridade do patrimônio líquido por conta do benefício fiscal pelo ágio pago pela Isa Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP.

## ▪ Lucro Líquido

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido de 2011 totalizou R\$ 915,3 milhões, montante 12,7% superior quando comparado a R\$ 812,2 milhões em 2010. O lucro por ação, básico e diluído, no ano atingiu R\$ 5,99.

No 4T11, o lucro líquido totalizou R\$ 164,0 milhões, queda de 52,4% frente ao 3T11 e 3,8% em relação ao 4T10, quando reportou R\$ 344,9 milhões e R\$ 170,6 milhões respectivamente. O lucro por ação, básico e diluído, no trimestre atingiu R\$ 1,07.

(R\$ milhões)



## Estrutura de Capital

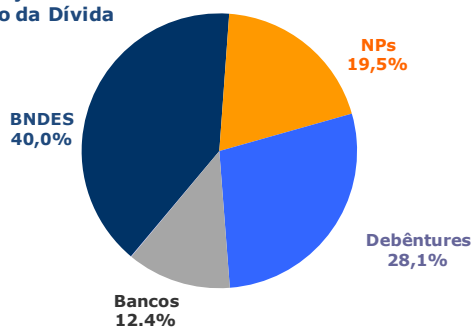
### Composição do Endividamento

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2011 somou R\$ 2.771,4 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, R\$ 1.109,5 milhões (40%) estavam vinculados a contratos de empréstimo junto ao BNDES. Ao final de 2011, a **dívida líquida** era de R\$ 2.564,1 milhões. O índice de endividamento (razão entre dívida líquida e patrimônio líquido), ao final de 2011, atingiu 56,5%.

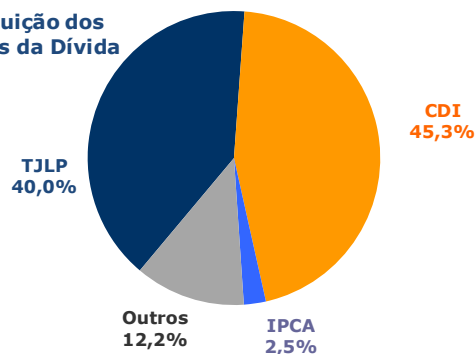
Fontes	Encargos	Vencimentos	2011	2010
<b>BNDES</b>				
CTEEP	TJLP + 2,3% ano	15/06/2015	328.318	421.146
	TJLP + 1,8% ano	15/06/2015	196.251	160.605
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/2023	57.631	37.630
IEMADEIRA	TJLP + 2,8% ano	15/07/2012	229.947	185.134
	TJLP + 2,8% ano	15/07/2012	71.890	-
IESUL	TJLP + 2,4% ano	15/05/2025	9.568	-
PINHEIROS	TJLP + 2,6% ano	15/05/2025	125.434	-
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/06/2026	48.282	-
	TJLP + 1,5% ano	15/06/2026	42.217	-
<b>Notas Promissórias</b>				
5ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	05/07/2012	316.885	-
4ª Emissão - CTEEP	CDI + 0,4% ano	12/01/2012	223.048	-
<b>Debêntures</b>				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/2014	490.736	490.405
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/2017	67.117	65.388
Série Única	106,5% do CDI ano	15/09/2012	221.608	-
<b>Bancos</b>				
CTEEP	USD + 4% ano *	26/04/2013	122.077	-
	USD + 2,1% ano **	21/10/2013	159.116	-
IENNE	CDI + 2,0% ano	-	4.365	1.396
	10% ano***	19/05/2030	55.898	56.094
IESUL	CDI + 1,5% ano	11/03/2011	-	8.297
Eletrobras	8% ano	15/11/2021	391	441
Arrendamento Mercantil	-	-	619	1.702
<b>Total Consolidado (R\$ mil)</b>			<b>2.771.398</b>	<b>1.428.238</b>

(\*) com Swap 103,5% CDI, (\*\*) com Swap 98,3% CDI, (\*\*\*) Com o bônus de adimplimento de 1,5% o custo da dívida é de 8,5% ao ano.

Distribuição da Contratação da Dívida

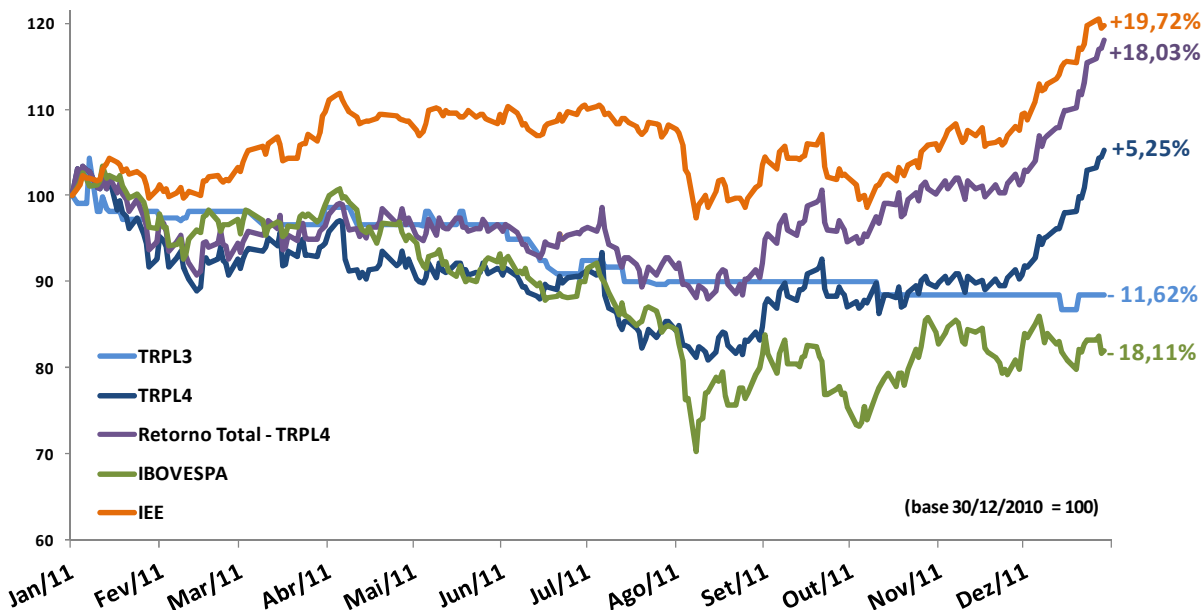


Distribuição dos Encargos da Dívida



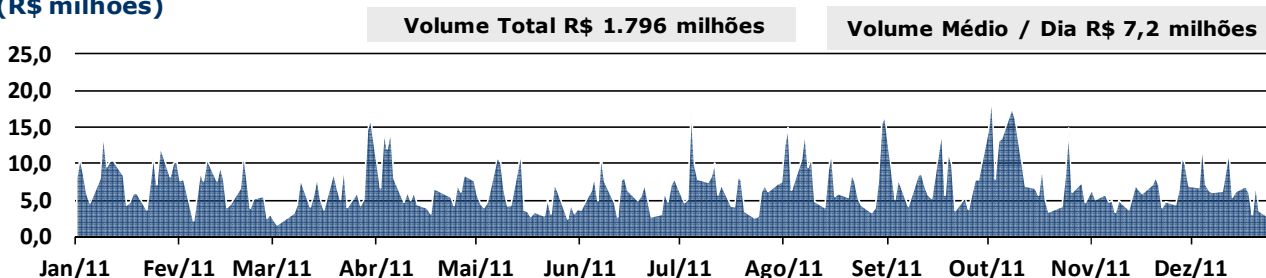
## Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2011 cotadas a R\$ 54,00 e R\$ 57,99, respectivamente, o que representa uma variação de -11,62% e +5,25%, também respectivamente, em relação a 2010. Somando os proventos pagos aos acionistas ao valor da ação, o retorno referente às ações preferenciais (que apresentam maior liquidez) foi de 18,03%. Durante o exercício de 2011, o Ibovespa desvalorizou-se 18,11% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) valorizou-se 19,72%.



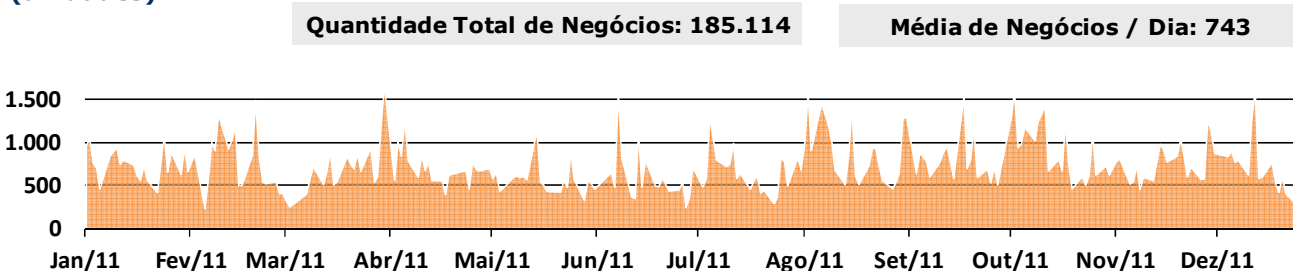
Ao longo do ano, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 7,2 milhões, o volume total negociado em 2011 foi R\$ 1.796,0 milhões.

### Volume Financeiro Negociado em 2011 (R\$ milhões)

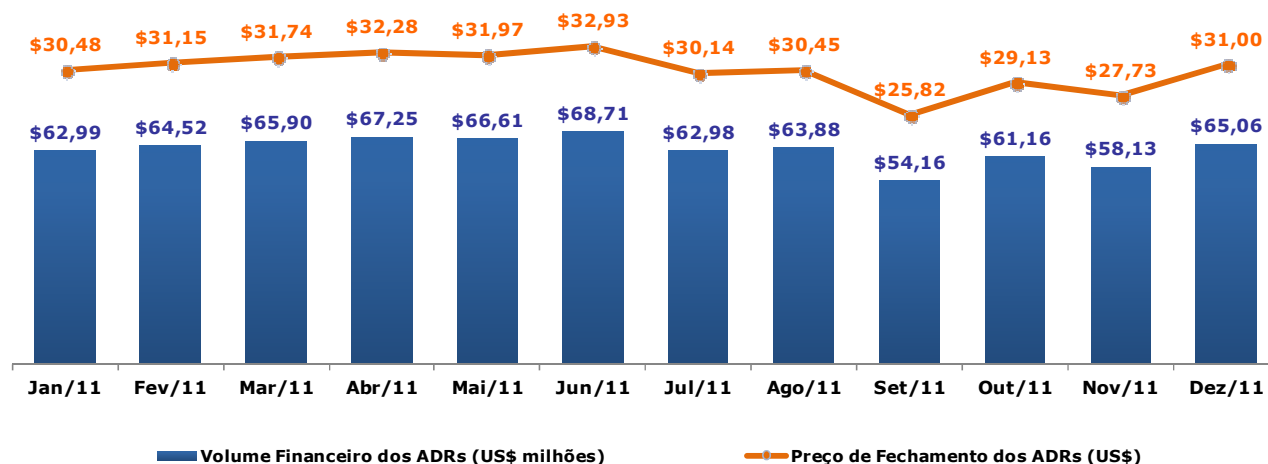


Com uma média diária de 743 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 185.114 negócios em 2011.

### Quantidade de Negócios em 2011 (unidades)



A CTEEP também participa do programa patrocinado de *American Depositary Receipts* (ADR) Nível 1, lastreados em ações ordinárias e preferenciais à razão de 1 *Depositary Share* para cada 1 ação de ambas as espécies. No encerramento de 2011, os ADRs lastreados nas ações preferenciais (mais líquidas) valorizaram-se 1,7% e o volume financeiro referente a estes ADRs aumentou 3,3%, somando US\$ 65,1 milhões.



## Remuneração aos Acionistas

Referente ao exercício social findo em 2011, a CTEEP efetuou o pagamento de R\$ 254,5 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio, correspondentes a R\$ 1,67 por ação de ambas as espécies e R\$ 503,1 milhões na forma de Dividendos, equivalentes a R\$ 3,31 por ação de ambas as espécies aos seus acionistas.

DELIBERAÇÃO		PROVENTO	VALORES EM R\$		DATA PGTO	REFERÊNCIA
EVENTO	DATA		TOTAL	P/AÇÃO		
RCA	21/12/2011	JCP	64.158.159,95	0,420264	30/01/2012	2011
		Dividendos	169.841.944,86	1,112539		
RCA	30/09/2011	JCP	61.228.528,25	0,403273	31/10/2011	
		Dividendos	172.771.510,36	1,137935		
RCA	30/06/2011	JCP	63.460.717,92	0,417975	28/07/2011	
		Dividendos	160.524.955,66	1,057275		
RCA	31/03/2011	JCP	65.692.755,70	0,432676	29/04/2011	
<b>Total pago referente ao exercício 2011</b>			<b>757.678.572,70</b>	<b>4,981937</b>		

## Investimentos

### ▪ Leilão de Transmissão 004/2011 - ANEEL

Em 02 de setembro de 2011, através do leilão ANEEL nº 004/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP arrematou o lote K de forma independente e o lote L através do consórcio Garanhuns com CHESF.

O lote K é composto pela SE Itapeti 345/88kV – novo pátio em 88kV. Este projeto, que foi incorporado à subsidiária Pinheiros (100% CTEEP), tem investimento estimado em R\$ 43,0 milhões e RAP de R\$ 4,4 milhões. A entrada em operação está prevista para setembro de 2013.

O lote L é composto pela LT 500kV Luiz Gonzaga – Garanhuns com 224km, LT 500kV Garanhuns Pau Ferro com 239km, LT 500kV Campina Grande – Garanhuns com 190km, LT 500kV Garanhuns – Angelim I com 13km, SE 500/230kV Garanhuns 200MVA e SE Pau Ferro – novo pátio em 500kV. Este projeto tem investimento estimado em R\$ 650,0 milhões e RAP de R\$ 68,9 milhões. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para junho de 2014.

## Eventos Subsequentes

### ▪ Empréstimos e financiamentos

Em 11 de janeiro de 2012, ocorreu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$ 400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os encargos nominais correspondem a 104,9% do CDI.

Em 11 de janeiro de 2012 foi liquidada a 4ª emissão de notas promissórias. Em 13 de janeiro de 2012, foram assinados os aditivos aos contratos de financiamentos entre o BNDES e a controlada IEMadeira (nota 14 (iv)) alterando o vencimento de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

### ▪ Entrada em operação de subestação

A subestação Salto da controlada Serra do Japi, entrou em operação em 18 de janeiro de 2012.

## Anexos

### ▪ Anexo I – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	31/12/11	31/12/10
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	207.295	54.983
Aplicações Financeiras	-	-
Contas a Receber	1.474.794	1.424.390
Estoques	50.052	44.791
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	14.906	22.938
Tributos e contribuições a recuperar	11.326	11.230
Despesas pagas antecipadamente	3.190	2.611
Outros	74.529	35.802
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.673	-
	<b>1.837.765</b>	<b>1.596.745</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Contas a Receber	5.335.027	4.225.309
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	810.750	681.129
Benefício Fiscal - ágio incorporado	119.079	147.911
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	28.050
Cauções e Depósitos Vinculados	61.886	42.248
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
Estoques	145.395	184.264
Tributos Diferidos	-	-
Outros	27.617	6.624
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.195	-
	<b>6.553.949</b>	<b>5.315.535</b>
Imobilizado	8.784	9.194
Intangível	8.998	9.944
	<b>17.782</b>	<b>19.138</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.409.496</b>	<b>6.931.418</b>

<b>Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.007.673	332.413
Debêntures	389.825	2.154
Fornecedores	83.056	93.964
Tributos e Encargos sociais a recolher	80.273	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	12.273	10.353
Encargos Regulatórios a recolher	28.824	49.559
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	232.156	193.822
Provisões	23.277	22.662
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.244	6.503
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.226	-
Outros	30.185	13.874
	<b>1.921.012</b>	<b>814.049</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	984.264	540.032
Debêntures	389.636	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	145.236	144.964
PIS e COFINS diferidos	229.519	117.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.176	9.352
Encargos Regulatórios a recolher	32.334	2.174
Provisões	101.832	161.688
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053
Outros		
	<b>1.949.050</b>	<b>1.553.534</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social	1.162.626	1.119.911
Reservas de Capital	2.202.281	2.231.113
Reservas de Lucros	1.142.512	1.014.124
Lucros/Prejuízos Acumulados		-
Proposta de distribuição de dividendo adicional	31.349	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666
	<b>4.539.434</b>	<b>4.563.835</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>8.409.496</b>	<b>6.931.418</b>

## ■ Anexo II – Demonstrativo de Resultados (R\$ mil)

	4T11	3T11	4T10	Var % 4T11x3T11	Var % 4T11x4T10	2011	2010	Var % 2011x2010
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>706.486</b>	<b>896.533</b>	<b>685.094</b>	<b>-21,2%</b>	<b>3,1%</b>	<b>2.900.805</b>	<b>2.256.286</b>	<b>28,6%</b>
Custos dos serviços de operação	(389.897)	(357.914)	(391.801)	8,9%	-0,5%	(1.323.409)	(948.270)	39,6%
<b>Resultado Bruto</b>	<b>316.589</b>	<b>538.619</b>	<b>293.293</b>	<b>-41,2%</b>	<b>7,9%</b>	<b>1.577.396</b>	<b>1.308.016</b>	<b>20,6%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(32.846)</b>	<b>(9.625)</b>	<b>(43.093)</b>	<b>241,3%</b>	<b>-23,8%</b>	<b>(157.772)</b>	<b>(161.773)</b>	<b>-2,5%</b>
Honorários da administração	(1.557)	(1.653)	(2.391)			(6.383)	(8.082)	
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(19.948)	(29.114)	(34.582)			(120.634)	(129.851)	
Outras Despesas Operacionais	(11.341)	21.142	(6.120)			(30.755)	(23.840)	
Outras Receitas Operacionais								
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>283.743</b>	<b>528.994</b>	<b>250.200</b>	<b>-46,4%</b>	<b>13,4%</b>	<b>1.419.624</b>	<b>1.146.243</b>	<b>23,9%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(68.978)</b>	<b>(40.522)</b>	<b>(94.157)</b>	<b>70,2%</b>	<b>-26,7%</b>	<b>(200.520)</b>	<b>(104.696)</b>	<b>91,5%</b>
Receitas Financeiras	76.883	43.158	8.302			136.057	47.557	
Despesas Financeiras	(145.861)	(83.680)	(102.459)			(336.577)	(152.253)	
<b>Lucro operacional</b>	<b>214.765</b>	<b>488.472</b>	<b>156.043</b>	<b>-56,0%</b>	<b>37,6%</b>	<b>1.219.104</b>	<b>1.041.547</b>	<b>17,0%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(50.729)</b>	<b>(143.609)</b>	<b>(48.474)</b>	<b>-64,7%</b>	<b>4,7%</b>	<b>(303.844)</b>	<b>(229.376)</b>	<b>32,5%</b>
Corrente	(52.184)	(73.799)	(62.672)			(244.206)	(222.630)	
Diferido	1.455	(69.810)	14.198			(59.638)	(6.746)	
Reversão do juros sobre capital próprio	-	-	63.027					
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>164.036</b>	<b>344.863</b>	<b>170.596</b>	<b>-52,4%</b>	<b>-3,8%</b>	<b>915.260</b>	<b>812.171</b>	<b>12,7%</b>
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>164.036</b>	<b>344.863</b>	<b>170.596</b>	<b>-52,4%</b>	<b>-3,8%</b>	<b>915.260</b>	<b>812.171</b>	<b>12,7%</b>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora								
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-			-	-	
<b>Lucro por Ação - (Reais / Ação)</b>	<b>1,0745</b>	<b>2,2714</b>	<b>1,1236</b>	<b>-52,7%</b>	<b>-4,4%</b>	<b>5,9954</b>	<b>5,3493</b>	<b>12,1%</b>
<b>Quantidade de Ações (unidades mil)</b>	<b>152.661</b>	<b>151.828</b>	<b>151.828</b>			<b>152.661</b>	<b>151.828</b>	

## ▪ Anexo III – Fluxo de Caixa (R\$ mil)

	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>(25.396)</b>	<b>474.288</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>1.353.973</b>	<b>1.074.126</b>
Lucro Líquido	915.260	812.171
Depreciação e Amortização	6.138	6.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.638	6.746
Provisão para contingências	1.589	31.522
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	29	1.562
Benefício fiscal - ágio incorporado	28.832	28.832
Perda na Variação Part. Controlada	28.490	160
Reversão da provisão perda em Controlada	(2.445)	-
PIS e COFINS Diferidos	105.754	60.023
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	210.688	127.063
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>(1.379.369)</b>	<b>(599.838)</b>
Contas a receber	(1.145.961)	(582.470)
Estoques	33.584	(58.873)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(121.589)	(122.256)
Tributos e contribuições compensáveis	122	202.055
Cauções e depósitos vinculados	(19.638)	1.704
Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.088)	-
Outros	(5.879)	(76.114)
Fornecedores	(8.335)	22.746
Tributos e encargos sociais a recolher	(8.519)	396
Encargos regulatórios a recolher	9.252	8.445
Provisões	(60.843)	(42.787)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(259)	(414)
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(9.592)	-
Outros	(39.624)	47.730
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Imobilizado	(2.475)	(3.605)
Intangível	(2.336)	-
Investimentos	(15.283)	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa da IEMG no momento da aquisição	2.174	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(17.920)</b>	<b>(3.605)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adições de empréstimos	1.554.266	993.458
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(453.374)	(728.747)
Dividendos pagos	(915.216)	(751.675)
Integralização de Capital	13.883	28.030
Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.931)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>	<b>195.628</b>	<b>(458.934)</b>
<b>Varição de Caixa e Equivalentes</b>		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	152.312	11.749
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.983	43.234
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>207.295</b>	<b>54.983</b>